

REPORTAGEM ESPECIAL

Começa a caçada no Estado

Delegados e procuradores começam a definir hoje a caça aos chefões do crime organizado

RODRIGO COUTO

Um grupo de elite da Polícia Federal e uma equipe da Procuradoria Geral da República começam hoje a caçar os chefões do crime organizado do Espírito Santo com a adoção de uma série de ações de inteligência, como quebra de sigilos bancários e fiscais e escuta telefônica de suspeitos.

Para isso, delegados e procuradores vão se reunir para estabelecer um esquema de atuação do grupo no Estado. A reunião contará com a participação dos cinco delegados federais e dos cinco procuradores da República que foram escalados para comandar as operações pelo novo ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro.

Segundo o ministro, a Polícia Federal e a Procuradoria da República atuarão em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, Gabinete Institucional da Presidência, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e Banco Central.

Da Polícia Federal, serão usados na missão especial 50 agentes da unidade de elite da Polícia Federal - Comando de Operações Táticas (COT) -, cinco delegados e dois peritos criminais.

O Ministério Público Federal conta com a participação de cinco procuradores que já têm experiência em atuar no combate contra grupos criminosos.

A equipe será comandada pelo subprocurador José Roberto Santoro, que atuou na mesma fun-



O ministro Paulo de Tarso mandou um grupo de elite ao Estado

ção no Acre, onde foi preso o ex-deputado federal Hildebrando Pascoal.

Outros dois procuradores - Raquel Elias Ferreira Dodge e Marcelo Ceará Serra Azul - também atuaram no Acre.

O ex-chefe da Procuradoria da República no Espírito Santo Ronaldo Meira Vasconcellos Albo - que estava no Rio Grande do Sul -, e o atual chefe, Henrique Geaquinto Herkenhoff, também vão integrar o grupo de elite.

"Amanhã (hoje) vamos conversar sobre o assunto e talvez vamos ter que ir a Brasília para uma reunião", afirmou ontem à tarde

o procurador Henrique Herkenhoff, sem querer entrar em detalhes.

O primeiro passo do grupo de elite é analisar o relatório sobre o crime organizado elaborado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que aponta nomes e delitos que teriam sido cometidos a mando dos chefões do crime organizado.

Também será analisado pedido de quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos acusados. Ainda serão desencadeadas operações nos portos, onde estariam entrando drogas e armas que são distribuídas para o eixo Rio-São Paulo.

AS MEDIDAS CONTRA O CRIME

- O plano de atuação foi batizado de "Intervenção dos Atos de Atribuição Federal".
- A missão especial da Polícia Federal será formada por 50 agentes, cinco delegados e dois peritos criminais, que começam a atuar no Estado a partir da próxima semana.
- Os policiais federais atuarão em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e outros órgãos da União, como o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e o Banco Central (BC).
- Nessa primeira fase, que vai durar 90 dias, o governo destinará cerca de R\$ 1,5 milhão para manter o reforço da Polícia Federal no Estado.
- Haverá proteção especial a autoridades e testemunhas ameaçadas de morte no Estado.
- Será promovida uma ação de impacto imediato por meio do resgate da participação da sociedade civil.
- A Polícia Federal vai abrir inquéritos para investigar ações do crime organizado, narcotráfico e contra o sistema financeiro.
- As ações serão coordenadas por órgãos federais no Estado, como Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal e Alfândega.
- Será feita varredura nos telefones das pessoas que receberam ameaças para descobrir de onde partiram as ligações.
- Foi designado um grupo de elite do Ministério Público Federal para atuar no Estado, que é formado até por procuradores que atuaram na investigação do crime organizado no Acre.

Fonte: Ministério da Justiça

OS AMEAÇADOS DE MORTE

Promotores de Justiça

- Marcelo Zenkner

O promotor Marcelo Zenkner integrou o Grupo de Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público Estadual e foi afastado da função. O nome dele aparece na lista de pessoas ameaçadas divulgada ontem pelo Centro de Justiça Global.

- Jean Claude Gomes de Oliveira

Desde dezembro de 1999 até março de 2002, o promotor de Justiça Jean Claude Gomes de Oliveira vinha recebendo diversas ameaças por causa de sua investigação em dois casos, como fábrica clandestina de armas no Estado.

Poder Judiciário

Os juizes da 5ª Vara Criminal de Vitória - Alexandre Martins de Castro Filho, Carlos Eduardo Ribeiro Lemos e Rubens José da Cruz - receberam ameaças de morte ao começar a atuar contra a saída irregular de presos condenados de presídios. Eles agora andam com proteção de policiais civis e da Polícia Rodoviária Federal.

Delegados de polícia

- André Luiz Cunha Pereira e Danilo Bahiense Moreira

Em 8 de fevereiro deste ano, os delegados André Luiz Cunha Pereira e Danilo Bahiense Moreira encaminharam à chefia de Polícia Civil um relatório com informações sobre ameaças que vêm sofrendo. O documento também foi assinado pelo delegado Germano Henrique Pedrosa.

- Francisco Badenes

Está sendo ameaçado de morte desde que começou, em 1993, a denunciar integrantes da Scuderie Detetive Le Cocq de envolvimento no crime organizado. Teve que se mudar do Espírito Santo e hoje é protegido pelo programa federal de proteção a testemunha.

Parlamentares

- Deputado Estadual Cláudio Vereza (PT)

Na época da fundação do Fórum Reage Espírito Santo, em outubro de 1999, por ser um dos coordenadores e ter tido um papel importante na articulação do fórum, passou a ser ameaçado.

- Deputado federal João Miguel Feu Rosa e família

Recebeu uma carta ameaçadora em junho, na qual haveria um suposto esquema montado para matá-lo. A trama envolveria o seu irmão, o desembargador Antonio José Miguel Feu Rosa, o sobrinho também desembargador Pedro Valls Feu Rosa.

Sociedade Civil

- Agesandro da Costa Pereira

A partir de setembro de 1999, Agesandro da Costa Pereira, presidente da OAB/ES, começou a receber ameaças, as quais atribuiu a sua atuação junto ao Fórum Reage Espírito Santo

- Maria das Graças Nascimento Nacort

Seis meses após o assassinato de seu filho, dona Graça, inconformada com o andamento das investigações, passou a investigar o crime - ocorrido em 1999 -, por conta própria. Desde então vem sendo ameaçada. Ele preside a Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência no Estado do Espírito Santo (AMAFVVS-ES).

- Iriny Lopes

As ameaças contra Iriny começaram em 1999, na semana de criação do Fórum Reage Espírito Santo. Tais ameaças foram levadas ao conhecimento do Ministério da Justiça e hoje ela é protegida pela Polícia Federal.

Fonte: Relatório do Centro de Justiça Global, organização não-governamental que integra o Conselho Nacional de Direito e Defesa da Pessoa Humana (CNDDPH).

Operação vai custar R\$ 1,5 milhão

A operação de guerra ao crime organizado, que a Polícia Federal e a Procuradoria Geral da República prometem realizar no Espírito Santo a partir desta semana, terá um custo de R\$ 1,5 milhão.

A informação é do Ministério da Justiça e o dinheiro virá do Tesouro, tendo sido liberado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Esse dinheiro será para custear a presença dos 50 agentes, cinco delegados e dois peritos criminais, além de cinco procuradores, no Estado, enquanto durar a investigação, que tem prazo de 90 dias para se encerrar.

O recurso será destinado também para garantir a proteção a testemunhas que estariam sendo ameaçadas de morte.

Lista com pessoas ameaçadas

Uma relação com 14 nomes de pessoas ameaçadas de morte no Espírito Santo será apresentada hoje pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal ao Ministério da Justiça.

Essa foi uma das exigências feitas pelas organizações dos direitos humanos depois que o pedido de intervenção federal no Espírito Santo foi arquivado pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

As pessoas que serão relacionadas contribuirão como testemunhas no processo aberto

to pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) - órgão ligado ao Ministério da Justiça -, que aprovou o pedido de intervenção no Estado ao analisar documentos e depoimentos apresentados pelo Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O representante do Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH), Romeu Klich, informou que juizes, promotores de Justiça e membros dos poderes Legislativo e Executivo do Estado constam da lista de pessoas ameaçadas de morte.